



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

129

146

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0148144-3-RECIFE

APELANTE:

UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A

APELADO:

MARIA CLÁUDIA FERREIRA COUTINHO

RELATOR:

DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

REVISOR:

DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

DATA DO JULGAMENTO:

28 DE OUTUBRO DE 2009

EMENTA – OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO ART. 93, IX DA CF. DEVOLUÇÃO DE CHEQUES POR EQUÍVOCO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. DANO MORAL. EXISTÊNCIA. CONDENAÇÃO. CABIMENTO. *QUANTUM* INDENIZATÓRIO. EXCESSIVIDADE. REDUÇÃO. NECESSIDADE.

1 – Não se há falar em nulidade da sentença por ausência de fundamentação quando esta é proferida em total observância ao disposto no Art. 93, IX da Carta Magna, tendo a magistrada *a quo* declinado claramente os fundamentos jurídicos pelos quais deferiu o pedido da parte recorrida, com base nos Arts. 319 do CPC e 6º, VI da Lei nº 8.078/90, aplicando, notoriamente, a presunção de veracidade dos fatos aduzidos pela autora/apelada, ante a revelia do banco réu/apelante.

2 – Diante da comprovação da ineficiência da prestação do serviço por parte da instituição financeira apelante, situação que deu ensejo a um constrangimento desnecessário sofrido pela autora/apelada, em virtude da devolução de três cheques que estariam cobertos pelo valor depositado se este tivesse sido desde logo creditado corretamente em sua conta, resta cabível a condenação daquela ao pagamento de indenização a título de danos morais, cujo valor arbitrado pelo magistrado *a quo*, ao revelar-se excessivo, deverá ser reduzido, em atenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e aos padrões já consolidados nesta Corte.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0148144-3, em que são partes as acima nominadas, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar de nulidade da sentença. No mérito, por maioria de votos, em dar provimento parcial ao recurso, para reduzir o *quantum* indenizatório à quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), incidindo a correção monetária a partir da data do arbitramento, de acordo com a Súmula 362 do STJ, mantida a condenação e pagamento das custas e honorários advocatícios, na conformidade dos votos constantes das inclusas notas taquigráficas, que integram o presente aresto.

Recife, 10 de dezembro de 2009.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virginio

121 P

147

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0148144-3 – RECIFE

APELANTE: UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
ADVOGADO: Eliezer Queiroz de Souto Júnior OAB/PE 021703
APELADA: MARIA CLÁUDIA FERREIRA COUTINHO
ADVOGADO: João Bosco de Souza Coutinho OAB/PE 006696
RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

RELATÓRIO

MARIA CLÁUDIA FERREIRA COUTINHO, devidamente qualificada nos autos, promoveu, por intermédio de advogado legalmente constituído, **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL** em face do **UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A**.

Alegou a autora, ora apelada, em síntese apertada (fls. 02/11), que no dia 30 de janeiro de 2003 fez um depósito no valor de R\$36.000,00 (trinta e seis mil) diretamente no caixa da empresa ré/apelante, o qual foi lançado de forma incorreta e creditado na conta de outra pessoa, razão pela qual alguns cheques por ela emitidos foram devolvidos por insuficiência de fundos, no dia 03 de fevereiro de 2003.

Sustentou, mais, que esse fato decorreu da atitude ilícita do UNIBANCO que, apesar de, no mesmo dia da realização do depósito, ter sido alertado do equívoco, pela autora/apelada, nas pessoas dos gerentes Srs. Alex e Anderson, não solucionou de imediato a questão, se limitando a passar respostas evasivas e falaciosas, apenas vindo a resolver o erro cinco dias depois, no dia 04 de fevereiro de 2003, um dia depois dos cheques terem sido devolvidos.

Requeru, por fim, a condenação do Banco Réu/apelante ao pagamento, a título de danos morais, de quantia não inferior a 40 (quarenta) vezes o valor dos cheques devolvidos indevidamente.

O UNIBANCO, intimado por meio de AR, não apresentou defesa, vindo o feito a ser julgado antecipadamente, por meio de sentença às fls. 31/32, na qual se deu procedência ao pedido formulado, condenando a instituição bancária ao pagamento de verba indenizatória, por danos morais, no montante de 40 (quarenta) vezes o valor dos cheques indevidamente devolvidos, mais os ônus da sucumbência.

Irresignado, o banco réu, através do petitório de fls. 42/48, interveio no processo, recebendo-o no estado em que se encontrava, opondo embargos de declaração, alegando omissão do julgamento, por deficiência na fundamentação da sentença, e, ainda, a ocorrência de erro *in procedendo* em virtude das provas não terem sido devidamente apreciadas.

Os embargos declaratórios foram apreciados pela Douta Julgadora monocrática, tidos como rejeitados por não se enquadrarem nas hipóteses previstas no Art. 535, do CPC.

Ac



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

132P
149

O banco réu interpôs recurso de apelação (fls. 55/71), aduzindo além da falta de fundamentação da sentença, a não apreciação das provas constantes nos autos, uma vez que a parte autora/apelada apenas acostou aos autos a comprovação da devolução de dois cheques, quando argumenta terem sido devolvidos quatro, não podendo ser parâmetro para delimitação do valor da indenização.

No que tange ao dano moral arbitrado, o recorrente expõe a inexistência do dever de indenizar, ante a não comprovação pela autora/apelada do motivo da devolução dos cheques acostados nos autos, bem como porque a recorrida estaria a distorcer a verdade dos fatos, ao apontar como devolvido em 03/02/03 cheque datado de 31/02/03.

Alega, ainda, que mesmo que a autora/apelada comprovasse a devolução dos títulos por ela mencionados, não haveria qualquer respaldo ao pedido de danos morais, visto que o ocorrido se configura como um mero aborrecimento do cotidiano. Por fim, aduz que, na fixação do quantum indenizatório, o órgão julgador deveria ter levado em consideração o bom senso e a razoabilidade, o que não ocorreu no presente caso.

Contrarrazões da apelação (fls. 78/85), pela manutenção da decisão hostilizada, ante os argumentos já expostos na peça inicial.

Os autos foram encaminhados ao ilustre revisor, o qual determinou a inclusão do feito em pauta. Está feito o relatório.

É o relatório.

Recife, 26 de 10 de 2009.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



133 B

149

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL – 28 10 2009

APELAÇÃO CÍVEL Nº 148.144-3 – RECIFE

APELANTE: UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A.

APELADO: MARIA CLÁUDIA FERREIRA COUTINHO

RELATOR: DESEMBARGADOR ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

REVISOR: DESEMBARGADOR ADALBERTO MELO

O RELATÓRIO ENCONTRA-SE ÀS FLS. 111/112 DOS AUTOS.

DR. LUIS FERNANDO VISCONTI (ADVOGADO DO APELANTE – OAB/PE Nº 892-A)

Excelentíssimo Senhor Desembargador Relator do presente recurso de apelação, Dr. Alberto Virgínio, Excelentíssimo Senhor Desembargador Revisor, Dr. Adalberto de Oliveira Melo, Excelentíssimo Senhor Desembargador Dr. Fernando Martins, que ora funciona como vogal no julgamento do presente recurso de apelação, eminente representante do Ministério Público, boa tarde.

Valendo-me da faculdade, conferido pelo artigo 101 do Regimento Interno desse Egrégio Tribunal, e sobre a tutela dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, com muita honra retorno a Recife, onde residi e trabalhei durante mais de quatro anos, para essa tribuna, com o objetivo de destacar os pontos fundamentais para o desfecho da presente lide.

Primeiramente, há que se ressaltar que a presente demanda envolve a quantia de mais de quinhentos mil reais, de mais de meio milhão de reais atualizados, conferidos a uma jovem de vinte e dois anos de idade. Observando-se que ao condenar o banco requerente ao pagamento desse valor, a sentença monocrática não observou as provas produzidas nos autos e propiciou o enriquecimento sem causa da recorrida, o que é vedado por nosso ordenamento jurídico.

Ela afirma ter efetuado, a recorrida, um depósito de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), não reconhecido imediatamente pela Instituição financeira, e que em razão disso teria sofrido o abalo moral, em razão da devolução de quatro cheques que somariam o valor de R\$ 10.202,00 (dez mil duzentos e dois reais).

Embora não tenham sido fixados os pontos controvertidos da lide em razão da ocorrência da revelia, a que se observar que a própria recorrida juntou aos autos documentos que demonstram o exagero da sentença. Dentre alguns, o de maior destaque reside na pergunta que não quer calar. Afinal, houve ou não abalo moral conforme alegado pela recorrida? A sentença respeitável respondeu afirmativamente, embora não tenha tido cuidado de avaliar a prova coligida aos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

134 B

150

autos trazida pela própria recorrida, e apreciou o caso, proferindo sentença de acordo exatamente com os termos propostos na petição inicial. Lastreou-se para isso a sentença. Nas alegações unilaterais da recorrida, na revelia decretada ao recorrente, na ausência do confronto das alegações e das provas produzidas pela própria recorrida aos autos, na não observância dos valores efetivamente depositados, e dos cheques devolvidos, e do período que isso ocorreu, e por fim na não observância aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e aquele que veda o enriquecimento sem causa, previsto nos artigos 884 a 886 do novo Código Civil.

Data máxima vênua o entendimento da magistrada, conforme demonstrado no recurso de apelação, o entendimento é contrário ao conjunto probatório dos autos e a todo o nosso ordenamento jurídico. Conforme ensinamento do Mestre Cândido Rangel Dinamarco, a ocorrência e decretação da revelia, serve apenas para imprimir maior celeridade ao processo, e não para que sejam proferidas decisões injustas e muito menos para que se impute pena em razão da ocorrência de revelia. De fato foi o que ocorreu.

No caso em tela, pode afirmar-se que a sentença foi proferida sem a devida análise dos autos, ou melhor, Excelências, a sentença foi proferida sem nenhuma análise de absolutamente nada. O recorrido lançou mão para a correção disso, de embargos de declaração, mas eles restaram rejeitados, fazendo com que o ele subsistisse tanto com relação a não análise das provas, quanto com relação a falta de fundamentação. E pior, com a decisão ele se tornou ainda mais evidente, eis que mencionado que em sentença "bem explicitados ali restaram a causa de pedir e os seus fundamentos". Bem, compreende-se que a quantidade de afazeres de todos nós, inclusive dos magistrados, imprime, necessariamente, que as coisas e o trabalho sejam feitos com maior objetividade e de forma mais sucinta. Entretanto, o que se verificou na causa foi absoluta falta de fundamentação, em total afronta ao inciso IX, do art. 93 da Constituição Federal, e ao inciso II, do art. 458 do Código de Processo Civil.

Declarar os efeitos da revelia e afirmar que o consumidor tem direito à reparação por danos morais e materiais, não atende ao requisito fundamentação de sentença, e conseqüentemente ela deve ser declarada nula. Conforme bem relatado pelo eminente Desembargador Alberto Nogueira Virgínio, a recorrida afirma ter efetuado depósito no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), no dia 30 de janeiro de 2003, cujo reconhecimento pelo recorrente ocorreu somente no dia 04 de fevereiro do mesmo ano. Afirma ainda que ao se dirigir à agência teria ouvido respostas evasivas e mentirosas, e que em razão de ter sofrido disso, teria sofrido abalo moral pela devolução de quatro cheques, sendo eles nos valores de R\$ 800,00 (oitocentos reais), R\$ 1.000,00 (mil reais), R\$ 3.402,00 (três mil quatrocentos e dois reais), e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

No entanto, a recorrida apenas juntou aos autos os cheques de número 175 e 143, nos valores de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e R\$ 1.000,00 (mil reais), respectivamente, colacionadas às fls. 17/20 dos autos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

135 P

131

Analisando-se os documentos juntados às folhas 18 e 20, percebe-se no verso dos cheques que não constam o motivo da devolução. Além disso, nota-se que o cheque 143, tem data muito posterior, quase um mês posterior à data em que efetivamente o dinheiro teria sido postado na conta corrente.

Ainda que se falasse em outras evidências, como, por exemplo, o extrato bancário juntado às fls. 14 dos autos, verifica-se que o cheque mencionado de nº 170 de R\$ 3.402,00 (três mil quatrocentos e dois reais), não foi devolvido. Ademais, como afirmar que a recorrida teria ouvido resposta “evasivas e falaciosas”, se tudo isso ocorreu no prazo de cinco dias, e nesse meio tempo ainda existia um sábado e um domingo. Tais fatos não foram levados em consideração pelo juízo de Primeiro Grau, e demonstram a não avaliação dos documentos, e em razão disso a total procedência da ação ou a condenação ao pagamento de quarenta vezes o valor dos quatro cheques referidos, sendo que um deles nem foi demonstrado.

Verifica-se, portanto, a distorção da verdade dos fatos e a tentativa da recorrida de induzir o juízo em erro. Diante da falta de fundamentação da sentença e da falta de análise dos documentos juntados aos autos, a sentença de Primeiro Grau deve ser declarada nula. E a título de argumentação, caso essa Turma não entenda dessa forma, essa Turma julgadora, requer-se a Vossas Excelências, que se observem o excessivo valor em que o recorrente foi condenado a pagar a título de danos morais a recorrida. Da simples análise dos fatos e dos documentos juntados aos autos, não se verifica dano que justifique o pagamento de tal quantia. Isso representa absoluta banalização no âmbito da discussão dos danos morais, que mais uma vez demonstra a falta de análise dos autos pelo juízo monocrático. Isso em afronta aos já mencionados artigos 884, 886 do Código Civil, que positivando o princípio que veda o enriquecimento sem causa, trata dessa matéria.

Peço vênha aqui para ler trecho sobre esse assunto, do Professo da PUC de São Paulo, Giovanni Ettore Nanni, em obra denominada “Enriquecimento Sem Causa”, que lhe deu o título de Doutor, publicada pela editora saraiva, na página 97. O trecho é bem curto. “A previsão expressa do enriquecimento sem causa no Novo Código Civil, representou um conquista daqueles que sempre o defenderam como instituto autônomo no direito obrigacional. Sem rastro de dúvida, simboliza um avanço na salvaguarda da retidão e equilíbrio nas relações jurídicas em atendimento aos parâmetros da socialidade que timbram o Novo Código”.

Olha, Excelências, o que se verificou foi o agraciamento de uma jovem de 22 anos de idade, a uma quantia hoje quase milionária. Se considerarmos a atualização do valor, ele representa hoje cerca de R\$ 580.00,00 (quinhentos e oitenta mil reais), acrescido de honorários mais custas, ultrapassando facilmente a casa dos R\$ 600,00 (seiscentos mil reais).



136 B

152

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Imaginemos Excelências, quanto tempo cada um de nós levaria para amearhar tal quantia. Certamente seria muito menos do que o lapso temporal decorrido entre o ajuizamento da ação, 07 de março de 2006, e a prolação da sentença, 04 de agosto do mesmo ano, portanto menos de 05 meses. Vejam bem, Excelências, uma jovem de 22 anos de idade sofreu um abalo, teve um problema durante poucos dias, e receberá a quantia de quase 600.000,00 (seiscentos mil reais) em razão disso. Qualquer história contada pela recorrida, na tentativa de justificar o valor arbitrado em razão da ocorrência da revelia, certamente a fantasia desprovida de razoabilidade, proporcionalidade, sem critério, e certamente sem nenhum cuidado. Destaco o entendimento já conhecido do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, que tem fixado parâmetros nesse sentido muito inferiores. E esta Corte tem reduzido sensivelmente em atenção aos princípios, aqui já enumerados, generosas quantias conferidas em sentenças de Primeiro Grau. Como exemplo, cito o julgado do hoje vice-presidente desta Casa, Dr. Bartolomeu Bueno, à época quando na 6ª Câmara Cível, em relatoria da apelação 89896-6, quando ele reduziu a apelação por danos morais no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), e se tratava a discussão de inscrição indevida em órgão de proteção ao crédito.

Demonstra-se, portanto, merecedora de reforma a sentença de Primeiro Grau, Por quê? Não houve apreciação das provas juntadas pela própria recorrida, Excelências. Não estou aqui solicitando a análise de provas produzidas pela recorrente em razão da recorrida, da decretação da revelia, mas foram produzidas em petição inicial. A simples alegação em razão de que a simples alegação por si só não representa ponderação e a veracidade dos fatos. Porque a sentença de Primeiro Grau afrontou expressamente ao inciso IX, do art. 93 da Constituição Federal, ao inciso II do Art. 458 do Código de Processo Civil, e aos artigos 884 a 886 do Código Civil que veda o enriquecimento sem causa.

Bem, diante do exposto, e ressaltando a função do Poder Judiciário como garante do Estado constitucional e democrático de direito, requer o Unibanco, seja dado total provimento ao recurso, para que os autos retornem ao Primeiro Grau para que sim, daí se analisem as provas produzidas pela própria recorrida e se fundamente a decisão. *Ad argumentandum*, caso assim Vossas Excelências não entendam, pugna-se pela reforma da sentença *in totum*, e conseqüente inversão dos ônus sucumbenciais. E por último, ainda por amor ao debate, caso esta colenda câmara não entenda dessa forma, que se fixe um valor reduzido de reparação a título de danos morais, no importe de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por atender a todos os princípios aqui já descritos.

Muito Obrigado e boa tarde.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

137-
153

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0148144-3 – RECIFE

APELANTE: UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
ADVOGADO: Eliezer Queiroz de Souto Júnior OAB/PE 021703
APELADA: MARIA CLÁUDIA FERREIRA COUTINHO
ADVOGADO: João Bosco de Souza Coutinho OAB/PE 06696
RELATOR: DE. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

VOTO DO DES. RELATOR

PRELIMINARMENTE: Da nulidade da sentença por falta de fundamentação.

O recorrente alega ocorrência de vício na sentença de fls.31/32, aduzindo, em síntese, que a Douta Julgadora de primeira instância não fundamentou sua decisão, desobedecendo o contido no Art. 93, IX, da Constituição Federal.

Apesar de não ter suscitado a questão em sede de preliminar, passo a analisá-la nessa condição, face a sua manifesta prejudicialidade em relação à apreciação do mérito.

Cuido, entretanto, que a alegação do apelante não merece qualquer guarida.

Fundamentar significa dar as razões de fato e de direito que orientaram o julgador à sua decisão, providência que foi tomada pela magistrada sentenciante, pois, à evidência, expôs, de forma clara, conclusiva e concisa, as razões de seu convencimento, inexistindo, pois, qualquer afronta à Constituição Federal.


Não se pode confundir fundamentação sucinta com falta de fundamentação, uma vez que a sentença pode apreciar a matéria objeto da controvérsia de forma concisa, mas suficiente à solução do litígio, exigindo-se, apenas, que os fundamentos adotados bastem para justificar o concluído na decisão.

Assim sendo, não há que se falar em falta de fundamentação da decisão impugnada, pois que esta foi proferida em total observância aos dispostos contidos no Art. 93, IX, da Carta Magna, conquanto a Magistrada *a quo*, declinou claramente os fundamentos jurídicos pelos quais deferiu o pedido da parte recorrida com base nos Arts. 319, do CPC e 6º, VI, da Lei 8.078/90, aplicando, notoriamente, a presunção de veracidade dos fatos aduzidos pela autora/apelada, ante a revelia do banco réu/apelante.

Ante o exposto, REJEITO esta preliminar.

É como voto.

Recife, 08 de 10 de 2008.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

138 P
154

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0148144-3 – RECIFE

APELANTE: UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
ADVOGADO: Eliezer Queiroz de Souto Júnior OAB/PE 021703
APELADA: MARIA CLÁUDIA FERREIRA COUTINHO
ADVOGADO: João Bosco de Souza Coutinho OAB/PE 006696
RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

VOTO DO DES. RELATOR

MÉRITO

Trata-se, como consignado no relatório, de recurso de apelação interposto pelo UNIBANCO S/A, objetivando a total reforma da sentença de fls. 31/32, alegando ser incabível a indenização por dano moral, ante a não comprovação da existência de ato ilícito, bem como, a excessividade do valor da indenização arbitrada.

Pois bem.

Amparada no Art. 6º, VI, do Código de Defesa do Consumidor, a autora/apelada ajuizou a ação de indenização originária do presente recurso, pleiteando o pagamento da verba indenizatória, a título de danos morais, no montante equivalente a 40 (quarenta) vezes o valor dos quatro cheques descritos na inicial, que teriam sido indevidamente devolvidos, por insuficiência de fundos, ante o retardo do banco apelante em creditar na conta daquela quantia previamente depositada.

Importa destacar, logo de início, que, em momento algum, o banco apelante comprovou, ou mesmo alegou não ter concorrido para que o depósito fosse creditado tardiamente na conta corrente da autora/apelada, o que torna tal fato incontestável.

Dessa forma, a solução da controvérsia ora posta à apreciação deste Tribunal, cinge-se a analisar se a devolução dos cheques indicados pela autora/recorrida de fato ocorreu e, em caso positivo, se a devolução se deu em razão do atraso do banco em creditar o valor previamente depositado pela correntista.

Dentre os documentos probatórios acostados pela autora/apelada, está o comprovante do depósito efetuado em 30/01/03, no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) (fl. 14), que, por erro do banco, somente foi creditado na conta-corrente da apelada cinco dias depois, ou seja, em 04/02/03.

Tal deficiência na prestação do serviço pela instituição financeira acarretou, como se observa no extrato de fl. 14, a devolução, no dia 03/02/03, de três dos quatro cheques apontados na inicial – nº 00142, 00143 e 00175 –, que estariam cobertos pelo valor depositado se este tivesse sido desde logo creditado corretamente na conta da recorrida.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgíneo

139 F

155

Assim sendo, não merece prosperar o argumento da empresa apelante no que tange a inexistência do dever de indenizar, vez que a comprovação da efetivação da devolução de três dos quatro cheques narrados pela recorrida, no dia 03/02/03, foi feita através de extrato de movimentação bancária, documento que é produzido unilateralmente pelo próprio banco recorrente.

Quanto à alegação de não comprovação do motivo de devolução dos cheques, tenho que, embora as fotocópias solicitadas pela correntista ao banco apelante não apresentem qualidade suficiente para se apurar a alínea de devolução no carimbo apostado no verso dos títulos (fls. 17/20), a simples análise do extrato permite constatar que, antes do depósito no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) ser creditado, a conta da autora/apelada apresentava saldo negativo, presumindo-se, portanto, que a devolução ocorreu por insuficiência de fundos, mormente quando o banco apelante não fez qualquer prova em sentido contrário.

Com relação à impossibilidade de devolução em 03/02/03 do cheque, nº00143, uma vez que tal título estava datado para "31 de fevereiro de 2003" (fl. 20), trata-se de argumento de nenhuma sustentabilidade, pois, como de sabença, cheque é ordem de pagamento à vista, podendo ser apresentado antes da data nele constante, desde que autorizado pelo emitente. Ademais, o extrato de fl. 14 não deixa qualquer dúvida quanto à sua apresentação e devolução.

Feitas essas considerações, tenho por certa a obrigação indenizatória do banco, tendo em vista que o dano moral, uma vez proveniente de devolução indevida de cheque, gera, por si-só, o dever compensatório daquele que causou essa devolução, pois não há dúvidas acerca do constrangimento sofrido em razão disso. Esse é o entendimento da jurisprudência pátria:

RECURSO ESPECIAL. DEVOLUÇÃO INDEVIDA DE CHEQUE. RESPONSABILIDADE DO BANCO. DANO MORAL. PRESUNÇÃO. VALOR DA INDENIZAÇÃO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.1. **A devolução indevida do cheque por culpa do banco prescinde da prova do prejuízo, mesmo que, ao ser reapresentado, tenha sido devidamente pago, e ainda que não tenha havido registro do nome da correntista em órgão de proteção ao crédito.**2. O valor da indenização deve ser fixado sem excessos, evitando-se enriquecimento sem causa da parte atingida pelo ato ilícito.3. Recurso especial conhecido e provido.(STJ. REsp 453.233/MG, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, 4º Turma, jul. em 07.12.2006, DJ 05.02.2007 p. 240, sem grifos no original).

APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. DEVOLUÇÃO INDEVIDA DE CHEQUE EM RAZÃO DE ERRO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. CASO CONCRETO. MATÉRIA DE FATO. **Tendo o equívoco do banco ensejado a devolução indevida de cheque, emitido com provisão de fundos, o corolário lógico é o**

40



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virginio

1403
156

reconhecimento do direito à indenização por danos morais, independente da prova do prejuízo, visto que o dano nesse caso é presumido, consoante entendimento pacificado pelo STJ. POR UNANIMIDADE, NEGARAM PROVIMENTO AO AGRAVO RETIDO E DERAM PROVIMENTO À APELAÇÃO. (TJRS. Apelação Cível nº 70019276492, 15ª Câmara Cível, Rel. Angelo Maraninchi Giannakos, Jul. em 28/11/2007, sem grifos no original).

É certo que a reparação do dano moral há de ser estipulada em consonância com as circunstâncias de cada caso e tendo em vista as posses do ofensor e a situação pessoal do ofendido, evitando-se, porém, que se converta em fonte de enriquecimento ou se torne inexpressiva. Assim, o *quantum* indenizatório deve ser arbitrado em patamar que ofereça compensação ao lesado, para atenuar o sofrimento havido, e inflija sanção ao causador do dano, visando a coibir a reiteração da prática de atos lesivos à personalidade de outrem.

Em suma, ao arbitrar o valor a ser pago, o juiz singular deve atentar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, razão pela qual, em que pese o grau de subjetivismo que envolve o tema da sua quantificação, a meus olhos, tenho por excessiva a condenação imposta ao banco recorrente pela nobre juíza sentenciante, que o condenou ao pagamento de indenização equivalente a 40 (quarenta) vezes o valor dos cheques devolvidos, tal como pedido pela autora/apelada.

Considerando-se que os três cheques comprovadamente devolvidos de forma indevida somam R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais), estar-se-ia diante de uma condenação de R\$ 272.000,00 (duzentos e setenta e dois mil reais), valor deveras exorbitante, que há de ser reduzido, em atenção ao princípio da razoabilidade e aos padrões já consolidados nesta Corte.

Ante todo o exposto, **DOU PROVIMENTO PARCIAL** ao apelo para reformar a sentença tão-somente no tocante ao *quantum* fixado a título de danos morais, reduzindo-o do montante equivalente a 40 (quarenta) vezes o valor dos cheques indevidamente devolvidos, para R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

É como voto.

Recife, 28 de / 0 de 2008.


Alberto Nogueira Virginio
Desembargador Relator



141 p
157

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 148144-3- RECIFE
APELANTE: UNIBANCO – UNIÃO DOS BANCOS BRASILEIROS
S/A
APELADA: MARIA CLÁUDIA FERREIRA COUTINHO
RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO
REVISOR: ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

VOTO DE REVISÃO

**PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR
FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO:**

Vê-se da respeitável decisão que o douto magistrado expôs as razões de seu convencimento, fundamentando o **decisum**, não havendo afronta ao disposto no artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal.

A ilustre juíza declinou de forma translúcida os fundamentos jurídicos pelos quais julgou procedente o pedido, aplicando a presunção de veracidade dos fatos relatados pela autora/apelada, ante a revelia do banco réu/apelante.

Por esses motivos, rejeito a preliminar.

É como voto, Senhor Presidente.

MÉRITO:

Trata-se de ação de indenização por danos morais, insurgindo-se o ora apelante, contra a sentença que, a seu ver, não fez justiça quando condenou o banco réu ao pagamento de uma indenização correspondente a R\$ 408.080,00 (quatrocentos e oito mil e oitenta reais) a título de danos morais.

Entendo que a sentença merece reforma, pois o valor fixado a título de danos morais não atendeu ao princípio da

158 142B

razoabilidade, pois excedeu em muito aos valores já fixados pelo STJ.

Na sua petição inicial não pediu a autora a condenação do réu em um valor certo e determinado, pediu apenas **"a condenação ao pagamento de quantia a ser arbitrada por este MM. Juízo, que esse valor não seja inferior a 40 (quarenta) vezes o valor dos cheques devolvidos indevidamente pelo banco réu"**.

Sua inconformação com o **quantum** indenizatório, fixado na sentença, parece-me legítima diante do pedido formulado na atriã da ação.

Deste modo, meu voto é para dar provimento parcial ao apelo, reduzindo apenas o **quantum** indenizatório para R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

É como voto, Senhor Presidente.

Adalberto de Oliveira Melo
Adalberto de Oliveira Melo
REVISOR

A/cp



143 B

159

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR FALTA DE
FUNDAMENTAÇÃO

DESEMBARGADOR ADALBERTO MELO (REVISOR)

A Turma está acorde em rejeitar a preliminar de nulidade da sentença.
Desembargador Fernando Martins.

DESEMBARGADOR FERNANDO MARTINS

Eminentes Pares, Douta Procuradora, Ilustrado Advogado e advogados presentes. Essa questão, o eminente Desembargador Alberto Virgínio vem a rechaçar, bem cabe no momento atual. O Ministro Marco Aurélio, acredito que há duas semanas atrás, em determinando pronunciamento a respeito do cumprimento da meta dois, dizia com efeito que sentenciar não é decidir, é muito mais do que isso. Evidentemente que o que se exige hoje do magistrado é decidir. A sentença é na verdade uma obra de arte, uma construção intelectual, a sentença, ela é fruto do subjetivismo naturalmente do magistrado, coadjuvado aos fatos que emergem dos autos de um processo, é o do cabedal do conhecimento que o magistrado tem adquirido ao longo dos anos, concurso de bacharelado, formações, etc, etc, etc. Experiência principalmente. O que eu observava na sentença aqui atacada, e conheço inclusive a qualidade da julgadora que proferiu o *decisum*, a Dra. Eliane Mascarenhas, da melhor qualidade, uma magistrada de melhor cepa, e que sempre tem decidido com regramento processual e com seu convencimento. Acontece que talvez para o andamento rápido do processo, ela pode não ter produzido um primor de peça sentencial, talvez apenas decidido, mas pelo: decidiu acolhendo o pedido da inicial e aduzindo também que os efeitos da revelia induziam a ela magistrada a considerar os fatos articulados na atrial como verdadeiros, matéria fática, e que o processo de dano moral procura eminentemente além da fixação dom quantum dos danos Dolores, é exatamente a matéria fática que deixa jungido o julgador no nexo causal. Dessa forma entendo a Turma ter agido de forma escoreita, e assim sendo acompanhando-a, rechaço a preliminar. Com a devida vênica do entendimento do preclaro advogado

DECISÃO

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, FOI REJEITADA A PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA, NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA".



144 B

160

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

MÉRITO:

DESEMBARGADOR ADALBERTO MELO (REVISOR)

A Turma está concorde em dar provimento parcial ao recurso para fixar o valor em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) como o Relator está propondo. De forma que peço voto do Desembargador Fernando de Araújo Martins.

DESEMBARGADOR FERNANDO MARTINS

Eminentes Pares, Senhora Procuradora, Ilustrado Advogado que aqui honra a parte a quem representa. Tenho, inobstante a defesa, os argumentos expendidos pela entidade creditícia. Entendo que no fundo, no fundo, isso a gente diz porque me formando em 73, advoguei durante muitos anos também, e depois em concursos públicos, em outras atividades públicas, mas principalmente na advocacia, e ao longo desses anos todos da magistratura, entendi que cabe ao advogado militar com veemência na defesa desses desideratos objetivados. Entendo tanto, que demonstro que não é só uma preocupação do causídico da parte, mas existem correntes que fazem questão de se provar prejuízos, fazem questão de se provar mais a dor psíquica, e até, talvez numas sectárias posições de se querer se comprovar pericialmente por *expert* esta dor, este sentimento doloroso. É preciso também, porque isso foi aventado na ilustríssima e ilustrada defesa em plenário, de que a parte, uma jovem de 22 anos, teria feito esse depósito de trinta e poucos mil reais, mas o banco não se incumbiu de articular, de fulminar os aspectos contidos na exordial. Seria apenas uma ilação. Por quê? Porque se tinha trinta e tantos mil reais, e fosse depositar. Hoje de manhã eu falava exatamente nisso: "a boa-fé demonstra-se com ausência de má-fé". Não é um silogismo, é uma constatação. Caio Mário já fazia isso em vários depoimentos dele, nas instituições de direito civil, quando especulava a respeito de contratos dizendo que a boa-fé é aquela que embasa os contratos sinalagmáticos.

Pois bem, o que vemos é que embora exista corrente dizendo que haverá de se provar essa dor moral, já é pacificado remansosa jurisprudência, desde quando integrado o Superior Tribunal de Justiça, o pranteado Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, que chegou a integrar honrosamente o Supremo Tribunal Federal, e também Ministro César Asfor, já havia há alguns anos entendido que a responsabilização do agente causador opera-se por força de um simples fato da violação, não havendo que se cogitar de prova. A devolução do cheque não importa que ele não tenha dito, e aí talvez fosse até mais um gravame. O banco ficou não é a falta, a assinatura que se coaduna com assinatura constante. Não é isso, não é a falta de fundos, o que é isso? Então se devolve um cheque que é pior ainda, a pessoa não sabe porque está errando. Por quê? E se ela já lançou outros tantos cheques confiantes naquela compensação? E por aí vai, não



145 P
161

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

precisa se descer na última *ratio* desta comprovação do dano, da dor que se causou para o ressarcimento.

Então venho a convergir em 98,9,9%, do voto da Turma. Agora, entendo também que não diria a apenação, a reparação dos danos morais, ela tem dois aspectos: o aspecto pedagógico e o aspecto retributivo. Esse aspecto pedagógico seria dizer: vai haver a condenação para vocês não mais violarem o direito do consumidor, do cliente, o CDC se aplica nessas relações bancárias, e isso já ficou também pacificadíssimo. Mas o que se vê às vezes, e aí me desculpe com todas as vênias o advogado e a Turma, não vejo como essas penas para o banco, porque quem recorre contra os bancos, e as grandes empresas, os grandes grupos não é a maioria, isto acontece com muitas e muitas gentes nesse caso, de SERASA, de tudo, e quem recorre não chega nem a 0,1%. Para o banco é uma beleza dez mil. O Dr. Advogado ilustre, inteligentíssimo, já está em outras áreas mais desenvolvidas no Sul, etc. Dez mil está bom, Excelência. Imaginem Vossas Excelências se todos recorressem e se saísse cinco mil, seria terrível se houvesse uma determinação, sei lá, quixotesca de ser. Causou dano a *actio* estaria por si só, num delírio, numa fantasia quixotesca.

Porque o que quero dizer é que dez mil para o banco não vai atingir o caráter pedagógico, quatrocentos mil é demais, é verdade, também é afrontoso, mais R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), se todas as decisões. O STJ não faz isso. Nós vimos que o STJ baixou quase que uma tabela, como: maminha, alcatra, picanha. Isso não é venda de produto, isso é uma alma que foi vilipendiada, é uma jovem que talvez tinha esse dinheiro para fazer um pequeno investimento, uma microempresa de confecção, e não sei mais lá das quantas, não me interessa avaliar. O que me interessa avaliar é que dez mil, com todo respeito à Corte, com todas as vênias, até ousar em divergir de Turma tão preclara.

Peço além das vênias, desculpas a eminente Turma por como um substituto que me intrometo na sessão, venha a discordar de Vossas Excelências. Desculpem por favor, mas fixo em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para que o caráter retributivo, afilativo, e o caráter pedagógico venham a se coadunar, e um dia, não a indústria de danos morais. Nos Estados Unidos, em países europeus se cumpre o respeito ao direito do outro porque é pesado, e aí as pessoas andam normais. O sujeito entra no banco e aí só tem dez minutos para esperar. Quem espera dez minutos em um banco ou em um telefonema? Continua a mesma coisa, a pior que tem é a Anatel, eu tentei reclamar da Anatel e desliguei com raiva, com ódio e com medo, diferentemente do que dizia Marcos Freire: "mas isso é coisa do passado dos velhos".

Eu, depois dessas digressões, apenas para quebrar também um pouco assim esse clima, visto que o voto foi substancioso, não foi um voto de afogadilho, não foi um voto de uma página e meia. Foi um voto substancioso, assim como o voto do Revisor, de modo que pedindo escusas, venho a posicionar-me no sentido de reconhecer a existência do dano moral, mas aplicação do valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). É como voto com minhas desculpas sinceras.



1468

162

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DECISÃO:

"POR MAIORIA DE VOTOS, DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO PARA REDUZIR O QUANTUM INDENIZATÓRIO PARA A QUANTIA DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), INCIDINDO A CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DA DATA DO ARBITRAMENTO DE ACORDO COM A SÚMULA 362 DO STJ, MANTIDA A CONDENAÇÃO E PAGAMENTO DAS CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NOS TERMOS DO VOTO DA SENTENÇA".
